

# O nascer de uma utopia: ainda e sempre o problema da classificação bibliográfica

Astério Campos

Departamento de Biblioteconomia  
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados  
Universidade de Brasília

*Resumo* — O aparecimento do computador no campo da informação científica criou no espírito de muitos bibliotecários a ilusão de que, em futuro não muito longínquo, poderão libertar-se das antiquinhas chamadas sistemas de classificação bibliográfica. Acham que o computador dispensará toda e qualquer classificação. É denunciado este modo de pensar como verdadeira utopia, já que a tecnologia, que é criação da mente humana, não caminha para a subversão das normas e princípios do pensamento lógico, essencial à ciência e tecnologia.

Se, de acordo com a sentença de Albert Einstein, a ciência é, fundamentalmente, um esforço do espírito humano para dispor em certa ordem os fenômenos observados em nosso mundo, de modo a obter com eles um sistema coerente, e, assim, tentar a reconstrução de nossa experiência através de conceitos (1), parece inconcebível que se queira falar hoje em documentação científica prescindindo, ao mesmo tempo, de qualquer sistema de classificação das ciências. Poder-se-á objetar que os esquemas adotados, com relativo êxito, pelos documentalistas não correspondem aos clássicos sistemas elaborados pelos filósofos. Ao falarmos de classificação das ciências não nos referimos exclusivamente aos sistemas elaborados pelos filósofos, nem mesmo, em sentido específico, a nenhum dos sistemas adotados pelos documentalistas ou bibliotecários. Queremos, apenas, falar da ciência ou das ciências como sistemas estruturados que correspondem a uma exigência fundamental do espírito humano: distribuir os objetos do próprio conhecimento em grupos ou classes e essas mesmas classes em outros grupos ou classes de nível diferente, ou, por outras palavras, correlacionar os objetos do conhecimento para obter real domínio sobre eles.

O que, porém, se está verificando, depois do aparecimento, aliás em si salutar, do computador no campo da Documentação é a tentativa absurda de excluir do âmbito da Documentação qualquer tipo de classificação,

pedindo-se à máquina aquilo que ela não está destinada a fornecer: a subversão das estruturas do pensamento, como se este fosse fruto das máquinas e não vice-versa. Podemos dizer que a mentalidade de determinadas pessoas está de tal maneira fascinada pelos progressos da técnica que julgam ser o homem produto desta e não vice-versa. Que as máquinas sofisticadas da atual ou da futura tecnologia tenham operado, ou venham ainda a operar, profundas e significativas transformações, inclusive no modo de pensar de muita gente, não há quem ponha em dúvida. Nada, porém, nos autoriza a pensar que venham a modificar substancialmente as estruturas lógicas e fundamentais do pensar humano. Pensar diversamente é sonhar com utopias. E nada mais contrário ao espírito científico do que a utopia.

No que concerne às estruturas da ciência nada indica que o progresso tecnológico venha a transformá-las, ao menos nos seus elementos fundamentais, que são exatamente as chamadas estruturas lógicas do pensamento. Já houve quem ingênuamente dissesse que a chamada lógica simbólica — que está na base do funcionamento dos computadores — suplantou ou contradisse a lógica de Aristóteles. Antes de tudo, tal fato bem poderia ser possível, desde que não se tirasse a ilação de que a nova lógica modificou as estruturas do pensamento. Quando muito poder-se-ia dizer que a antiga lógica continha erros ou imperfeições que agora se teriam corrigido. Mas os que falam de tal substituição partem, consciente ou inconscientemente, de posições epistemológicas inaceitáveis. E estas estariam todas incluídas na afirmação, sem fundamento, de que o espírito humano resultou totalmente da experiência e que esta é o fato dominante na elaboração experiencial do conhecimento, ficando a mente apenas como registro passivo do que de fora lhe é transmitido. Não cremos que os documentalistas ou bibliotecários que, no seu entusiasmo pelo computador, falam abertamente na mudança das estruturas do pensamento através da máquina prodigiosa, admitam formalmente estas absurdas fundamentações. Mas, o que inconscientemente esperam do computador deveria levá-los às afirmações que acabamos de indicar. Não há negar, está faltando algum autor entusiasmado com o gênero das utopias a fim de traduzir, para deleite de alguns, o que muitos bibliotecários e documentalistas aguardam da nova era tecnológica que apenas se inicia.

Para muitos as atuais classificações bibliográficas são ferro-velho de que nos temos que livrar quanto antes. Sorriem sobranceiramente de quem com elas ainda se preocupa. Até aqui nada de anormal, desde que, reconhecidamente, tais sistemas estão realmente superados, face ao vertiginoso desenvolvimento da ciência e da técnica nos últimos tempos. Mas, o prodígio esperado não é propriamente o aperfeiçoamento ou mesmo supressão dos atuais sistemas de classificação. O que se espera é que o computador venha milagrosamente substituir todo e qualquer sistema de classificação, já que, dizem, face à extraordinária especialização do saber e às mudanças

e exigências criadas pelos computadores, poderão as informações de tipo atomístico bastar para o desenvolvimento da pesquisa. Nada de mais enganoso. É este mal-entendido de caráter epistemológico que urge desfazer.

A classificação, entendida como processo mental de agrupamento de elementos portadores de características comuns e capazes de serem reconhecidos como uma entidade ou conceito, constitui uma das fases fundamentais do pensar humano. Como adverte Shera, “nenhuma teoria do conhecimento — e, conseqüentemente, nenhuma ordenação de conceitos — é possível sem levar em conta essa habilidade fundamental do espírito humano, de formar conceitos e de perceber, além deles, as categorias fundamentais que impregnam um número quase infinito de conceitos específicos possíveis” (2). Os processos de classificação decorrem dessa habilidade básica da mente humana e a ela, de certo modo, se reduzem, já que, a rigor, não se pode dizer que sejam posteriores ou etapas derivadas. A classificação é, de fato, o desdobrar-se dessa mesma habilidade. Piaget confirma esta asserção quando adverte que uma classe não subsiste por si mesma e não é propriamente um elemento “estruturante”, mas “estruturado”, ou, pelo menos, está estruturada na medida em que é estruturante. Uma classe supõe uma classificação e o fato primeiro é constituído por esta, pois são as operações de classificação que geram as classes e não vice-versa. Independentemente da operação classificatória, um termo genérico não designa uma classe, mas apenas uma coleção intuitiva (3). Um rebanho de ovelhas não constitui a “classe” das ovelhas, já que no rebanho elas se justapõem. Podemos dizer que a ovelha pertence ao rebanho, não que seja o rebanho. No entanto podemos dizer que o ferro não apenas pertence à classe dos metais, mas que verdadeiramente é metal.

Mas, se a função principal da documentação é ordenar os documentos de modo a torná-los acessíveis à pesquisa, como pensar que a estrutura lógica da ciência possa ser indiferente ao processo documental? Falando exatamente da recuperação da informação científica Allen Vannerus diz explicitamente: “o que mais importa é submeter esse elemento tão característico de nossa cultura, que são as ciências, à forma de sistema de modo a obter uma visão global não só da sua multiplicidade como também das suas afinidades” (4).

O pensamento humano é essencialmente pervadido de esquemas que estão na base das chamadas idéias gerais ou universais. Dentro desses esquemas, ou por meio deles, é que se reúnem ou designam os vários indivíduos portadores de características comuns e é exatamente pela emergência de tais esquemas que o pensamento dito racional se diferencia da sensação simples ou da percepção. Com razão e autoridade insiste Piaget em que não se confunda a operação do pensar racional com qualquer outra operação simples da mente. E este é, exatamente, segundo

afirma o mesmo autor, o erro fundamental das teorias empiristas que, por força da própria formulação, deveriam conduzir-nos a um atomismo lógico. É contra esse atomismo que urge reagir com todo vigor. Mais uma vez convém lembrar que a experiência humana do conhecer é constituída de dois elementos que se interpenetram: o elemento intuitivo, diretamente fornecido pela experiência, e o elemento estrutural ou esquemático-abstrativo, resultante de uma operação da mente. Para usar uma linguagem antiga, mas ainda hoje válida, diremos que a experiência do conhecer resulta da união do elemento material, fornecido pela intuição, com o elemento formal, fornecido pela razão. A operação mental de que resultam tais esquemas ou estruturas chama-se abstração ou generalização. É por meio dos conceitos abstratos, ou esquemas mentais, que o espírito humano penetra e domina a realidade que o circunda. Pensar é, assim, elaborar conceitos a fim de compreender e dominar a circunstância que desafia. Mas esses conceitos acham-se naturalmente relacionados entre si.

Que a ciência seja uma estruturação de conceitos, ou, para usar a terminologia hoje preferida, uma linguagem bem feita, ninguém ousará contestar. Mais uma vez parece oportuno invocar o exemplo dos *Elementos* de Euclides, obra considerada decisiva para o surgimento do espírito científico no Ocidente. Em que consiste o grande mérito desta obra? O valor dos *Elementos* não consiste no fato de ter apresentado novidades de conteúdo (o 5º livro, por exemplo, expõe investigações já realizadas por Eudoxo, sem falar dos dois primeiros livros que apenas reúnem conceitos e teoremas já analisados na antiga escola pitagórica), mas em ter, pela primeira vez, catalogado, de maneira sistemática, os conceitos da geometria, estruturando-os com rigor, de modo a dar-lhes certa unidade. Esforço metodológico genial no sentido de criar uma linguagem científica rigorosa. É que a ciência é antes de tudo estrutura e rigor sistemático.

Se, por conseguinte, os esquemas mentais do conhecimento atingem o nível de ciência quando se articulam entre si de maneira lógica e coerente, temos que chegar à conclusão que os documentos registradores do conhecimento humano deverão receber uma estruturação lógica e coerente. E isto é o que se chama classificação bibliográfica. Querer saltar por cima destas exigências básicas do pensamento humano, em nome do computador, é renegar o mesmo computador cujo sucesso é devido exatamente ao respeito a essas estruturas. Mas, uma vez reconhecida a exigência fundamental da estruturação bibliográfica arrefece, em grande parte, o entusiasmo dos que vêm em qualquer sistema de classificação uma velharia insuportável.

Não há, portanto, como admitir que a ciência ou técnica bibliográfica de amanhã prescindirá não só dos atuais sistemas de classificação, mas de qualquer sistema classificatório. O computador, novo poder mágico desencadeado pelo homem moderno, não vai dispensar, nessa imensa tarefa de

recuperação da informação bibliográfica, decisiva subordinação aos processos mentais da mente que o elaborou. A resultado semelhante, partindo de outras premissas, chega Monroe E. Freeman: 'Somente um sistema de classificação hierárquica reflete a lógica inata das disciplinas científicas e da tecnologia' (5). Por estas razões, parece-nos que a pretensão contrária traduz apenas um estado de ânimo que bem pode ser caracterizado como o nascer de uma utopia.

### *Abstract*

The birth of an utopia: ever and again the problem of bibliographical classification

The emergence of the computer in the domain of scientific information gave rise in the mind of many librarians to the illusion that in a not very distant future they should be able to get rid of that junk called library classification systems. They believe that the computer will make unnecessary one and all classification systems. Such belief is a true utopia, since technology which is a creation of the human mind does not aim at the subversion of the rules and principles of logical thought which is essential to science and technology.

### REFERÊNCIAS

1. Citado por WAHLIN, Ejnar. Classification systems and their subjects. *In: SARACEVIC, Tefko, ed. Introduction to information science.* New York, Bowker, 1970, p. 395.
2. SHERA, Jesse H. & EGAN, Margaret E. *Catálogo sistemático; princípios básicos e utilização.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1969, p. 39.
3. PIAGET, Jean. *Psicologia da inteligência.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1967, p. 61.
4. Citado por WAHLIN, Ejnar. *Ibidem.*
5. FREEMAN, Monroe E. Multidisciplinary information sources. *Journal of Chemical Documentation* 12 (2) :96, May 1972.